

## Eleições 2022: quais os principais desafios de quem for eleito presidente

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

A BBC News Brasil procurou especialistas de diversas áreas para que apontassem os principais problemas que o vencedor ou vencedora das eleições presidenciais terá que enfrentar nos próximos quatro anos. Enquanto parte dos pré-candidatos ainda não expôs de forma clara quais as suas propostas caso sejam eleitos, a BBC News Brasil procurou especialistas de diversas áreas para que eles apontassem quais são os principais problemas do Brasil que o vencedor ou vencedora das eleições presidenciais deste ano terá que enfrentar nos próximos quatro anos. Os especialistas indicaram desafios em cinco áreas: economia, saúde, educação, segurança pública e meio ambiente. As áreas coincidem parcialmente com a hierarquia de preocupações indicadas pelos brasileiros em pesquisas de opinião pública. O relatório mais recente divulgado pelo Datafolha sobre o assunto, em março deste ano, mostra que as maiores preocupações da população são: saúde (22%), violência e economia (15%), desemprego (12%), inflação (10%), e educação (9%). Na área econômica, os principais desafios apontados foram o combate à chamada estagflação, (recessão associada a inflação alta), redução do desemprego e aumento da rede de proteção social. Na educação, os principais problemas são a melhoria da qualidade da aprendizagem no ensino fundamental e médio, combate à evasão escolar e aumentar o engajamento do aluno com a escola. Na área ambiental, o desafio é a redução das taxas de desmatamento na Amazônia. O consenso entre os especialistas ouvidos é de que os desafios apontados são urgentes e, se não forem enfrentados por quem quer que esteja no comando do Palácio do Planalto a partir de 1º de Janeiro de 2023, o Brasil sofrerá consequências no curto, médio e longo prazos.

**Economia: estagflação, desemprego e redução da desigualdade**

Para o sociólogo Marcelo Medeiros, um desafio para quem vencer as eleições será ampliar a rede de proteção social para a população mais vulnerável. O cenário econômico no Brasil vem inspirando preocupação de economistas e organismos internacionais há alguns anos. Essas preocupações são, em parte, reflexo dos números da economia do país. Na média, o Brasil vem apresentando taxas de crescimento econômico inferiores à média mundial. Em 2019, o produto interno bruto (PIB) cresceu 1,2%. Em 2020, ano em que teve início a pandemia de Covid-19, o PIB caiu 4,1%. Em 2021, houve uma recuperação e a economia cresceu 4,6%, mas ainda menos do que a média mundial, que foi de 5,7%, segundo estimativa da consultoria Austin Rating. Para 2022, a estimativa não é otimista. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) espera um crescimento de 1,1% enquanto o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, estima um aumento de apenas 0,7%. Os dois índices são menores que a estimativa de crescimento do PIB do planeta segundo o Banco Mundial, que é de 4,1% em 2022. Ao mesmo tempo em que a economia demonstra dificuldade para crescer, a inflação segue em alta. Em 2021, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegou em 10,06%, pior número desde 2015. E enquanto isso, a taxa de desemprego no Brasil registrada pelo governo é de 11,2%, o que equivale a pouco mais de 12 milhões de pessoas. Para o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o principal desafio que o próximo presidente da República enfrentará nos próximos anos é a combinação de recessão ou crescimento baixo e inflação em alta, conhecida como estagflação. "Esse fenômeno é um dos principais problemas que quem quer que assuma a presidência em 2023 vai ter que enfrentar. No mundo, estamos vendo esse cenário de inflação e desemprego altos, mas no Brasil isso é pior, especialmente entre os mais pobres", afirma o economista. Na avaliação do economista, a tendência é que o desemprego fique ainda maior uma vez que o Banco Central tem aumentado a taxa de juros básica da economia como uma forma de conter o avanço da inflação. "Esse aumento da taxa de juros freia a economia, o que pode gerar ainda mais desemprego no futuro", explica.

Para o sociólogo e professor visitante da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, Marcelo Medeiros, a dificuldade em reverter este cenário cria um novo desafio a quem vencer as eleições: ampliar

a rede de proteção social para a população mais vulnerável. "Há uma tendência de aumento do trabalho informal no Brasil e isso precisa ser enfrentado criando uma rede de proteção social que não seja tão vinculado às contribuições trabalhistas. Hoje, a maior parte dessa rede é financiada por quem está no mercado de trabalho formal. É preciso criar novas formas de financiar essa rede e ampliá-la", explica o sociólogo.

**Segurança pública: polícias, facções e milícias**

O pesquisador Renato Sérgio de Lima diz que reestruturar as carreiras policiais é uma das medidas mais urgentes a serem tomadas. O Brasil ainda é um dos países com a maior taxa absoluta de homicídios do mundo, mas os números vêm mostrando uma tendência de queda. Segundo o Atlas da Violência divulgado em 2021 e produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Ipea, houve 45.503 homicídios no ano de 2019, uma queda de 22,1%. Apesar disso, a violência é o terceiro problema que mais preocupa os brasileiros, de acordo com o Datafolha. Na avaliação do pesquisador Renato Sérgio de Lima, que faz parte do FBSP, mesmo diante da tendência de queda na taxa de homicídios no Brasil, quem assumir o governo em 2023 terá três grandes desafios na área da segurança pública: reestruturar as carreiras policiais e aumentar a integração dos órgãos que atuam no setor; conter o crescimento de facções e milícias; e enfrentar a violência contra mulheres. Lima defende que reestruturar as carreiras policiais é uma das medidas mais urgentes a serem tomadas. Ele diz que essa reestruturação passa tanto pela valorização financeira das carreiras na área de segurança quanto na escolha de um formato mais adequado para as polícias funcionarem. "É preciso discutir a possibilidade de unificar carreiras das polícias ou de encontrar formas para que os diferentes órgãos atuem de forma conjunta. Hoje, a gente observa que há, cada vez mais, uma atuação isolada. Cada um cuida das suas atribuições e a integração é baixa", explica. O pesquisador afirma que a reestruturação das carreiras policiais também é urgente porque há demandas represadas dessas categorias como regras para salários, punições e promoções que, no passado, já resultaram em motins como o da PM do Ceará, em 2020. Lima diz, também, que a redução na taxa de homicídios não pode tirar de foco a necessidade de conter o avanço de facções criminosas e das milícias. Segundo ele, esses grupos estão penetrando cada vez mais em setores da economia e ganhando força econômica e política. "As facções e as milícias entraram em uma nova fase de atuação. Talvez, não haja mais tanta violência e mortes, mas elas estão se tornando cada vez mais poderosas porque começam a controlar segmentos da economia. Há facções controlando redes de postos de gasolina, indícios de que estão indo para garimpos de ouro na Amazônia", diz o especialista. Para conter esse crescimento, Lima diz que é preciso haver ações integradas focadas no estrangulamento financeiro dessas organizações. "É preciso usar inteligência financeira e investigação para seguir a rota do dinheiro e evitar que elas se expandam ainda mais", diz o pesquisador. Lima também diz que é importante que a próxima gestão preste atenção à violência contra a mulher. Dados preliminares divulgados pelo FBSP em março deste ano indicam uma ligeira queda (2,4%) no número de feminicídios em 2021 em relação ao ano anterior. Mesmo assim, 1.319 mulheres foram vítimas desse crime no ano passado. Além disso, houve um aumento de 3,7% no número de estupros contra mulheres em 2021 na comparação com 2020. No ano passado, foram registrados 56.098 estupros contra pessoas do gênero feminino. Isso significa quase seis estupros por hora. "A gente vem observando um aumento significativo nesses casos que se intensificou durante a pandemia. Há uma crença de que o Estado não tem muito o que fazer nesses casos, mas a criação de campanhas contra esse tipo de prática mostra que há muito espaço para o poder público atuar", explica.

**Saúde: epidemias, investimentos e retomada**



